



ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós temos feito, e fizemos no ano passado, um trabalho muito firme com a campanha Todos Por Elas, contando com a presença da doutora Jaceguara Dantas da Silva, da nossa primeira-dama Mônica Riedel e, aqui, com as deputadas. Estamos nos aproximando do dia 8 de março, o Dia Internacional das Mulheres, e hoje temos a triste notícia, estampada em todos os jornais, da morte da jornalista Vanessa Ricarte, vítima de feminicídio. Essa moça foi esfaqueada ontem, encaminhada para a Santa Casa de Campo Grande e veio a falecer nesta noite. Mais uma vítima de feminicídio. Temos notícias de que, só neste ano, este já é o segundo caso — o primeiro aqui na Capital. Reforçamos, mais uma vez, a necessidade de mantermos um trabalho contínuo de conscientização e expressarmos nossa indignação diante do feminicídio e de todos os crimes de violência contra a mulher. Fica registrado, em nome desta Casa, o nosso profundo pesar pelo falecimento trágico da jornalista Vanessa Ricarte. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. “Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quatro da Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 5.259/2024, da Presidência da República; Ofício nº 15/2025, do Ministério das Cidades; Ofício nº 1714/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ofício nº 112/2025, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ofício nº 92.345/2024, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ofício nº 964/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 12/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 139/2024, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 436/2024, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 11/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3/2025, do deputado Federal Vander Loubet; Ofícios nºs 316, 417, 18.118, 18.592, 18.780, 18.905, 18.908, 18.928, 19.545 e 19.612/2024 e 2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 483, 1.503 e 18.81/2024 e 2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 020/2025, da Santa Casa de Campo Grande; Ofício nº 90/2025, da*



*Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofícios nºs 3 e 4/2025, da CCR MS Via; Carta nº 02.0051/2025, da Claro Telefonía. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, João Henrique, Antonio Vaz, Gerson Claro, Lia Nogueira, Zeca do PT, Caravina, Renato Câmara, Roberto Hashioka, Pedrossian Neto, Paulo Duarte e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Junior Mochi, Professor Rinaldo, Zé Teixeira e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Neno Razuk. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 113/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de João Carlos Lima e Marta Dirson; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Jovília Ferreira de Freitas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Flávio Cesar Mendes de Oliveira, secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, por sua eleição, por unanimidade, como presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal) para o biênio 2025-2026; requerimento, de autoria do deputado Lidio Lopes, solicitando a reserva do Plenário para a Sessão Solene para a entrega da Medalha do Mérito Advocatício do Estado de Mato Grosso do Sul "Jorge Antônio Siufi", edição do ano de 2025; requerimento de informações, de autoria do deputado Caravina; indicações, de autoria dos deputados Jamilson Name, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Caravina, Lucas de Lima, Paulo Duarte, Antonio Vaz e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o deputado Renato Câmara, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia a todos os presentes, aos telespectadores da TV ALEMS. Sejam bem-vindos a nossa Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 13 de fevereiro de 2025: Ofício nº 1-0779, 1-0780 e 1-0781/2024, da Caixa Econômica Federal, encaminhando crédito de recursos financeiros do Orçamento Geral da União (Prot. nº 102, 068, 067, 066/2025); Ofícios nºs 0006, 0007/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando crédito de recursos financeiros do Orçamento Geral da União (Prot. nº 096/2025); Ofícios nºs 10.017, 1-0019, 1-0021 e 1-0023/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando extinção contratual (Prot. nº 097, 101, 098, 099, 100, 065/2025); Ofícios nºs 316, 417, 18.118, 18.588, 18.592, 19.612, 18.780, 18.905, 18.908, 18.928, 19.545/2024 e 2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane, Zeca do PT, Lidio Lopes, Neno Razuk, Caravina, Mara Caseiro, Junior Mochi, Lia Nogueira, Renato Câmara, Antonio Vaz e Gerson Claro; Ofícios nºs 18.106, 18.332, 18.336 e 18.554/2024 e 2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira, Roberto Hashioka, Renato Câmara, Mara Caseiro, Zé Teixeira, Pedro Kemp, Coronel David e Junior Mochi; e-mail, da



Equipe Transferegov – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – encaminhando notificação de alteração no Plano de Trabalho – Plano de Ação 09032024-70977 (Prot. nº 113/2025); Ofício nº 0004/2025, do Departamento de Assuntos Legislativos da Segov, respondendo às indicações da deputada Lia Nogueira; Ofícios nºs 3 e 4/2025, da CCR MSVia, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane e Junior Mochi; Carta nº 46/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Caravina (Prot. nº 4023/2024); e-mail, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 3667/2024). O expediente foi lido, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando estudos urgentes no sentido de subsidiar o transporte universitário do município de Água Clara. A prefeitura não está conseguindo custear todo o serviço de transporte dos universitários e anunciou um corte de 75% da verba destinada ao transporte para Três Lagoas. A situação vem afetando diretamente os alunos, que já perderam os primeiros dias letivos, e ainda não há uma data prevista para a normalização do serviço. Diante disso, solicitamos providências. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Ademar Silva Júnior, secretário de Meio Ambiente, Gestão Urbana, Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável de Campo Grande, solicitando que seja realizada fiscalização quanto ao uso indevido das calçadas por parte de comerciantes, especialmente na área central, impedindo o livre trânsito de pedestres. De acordo com relatos, as calçadas encontram-se ocupadas por objetos de diversas naturezas, o que obriga os pedestres a desviar pelas ruas, expondo-os ao risco de atropelamento. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, e à senhora Ana Carolina Ale Garcia, procuradora-geral do Estado, solicitando que seja encaminhado, com urgência, à Assembleia Legislativa, um projeto de lei com o propósito de definir e regulamentar, de forma definitiva, a parceria entre as entidades de educação especial e o Estado de Mato Grosso do Sul. Esta é uma demanda do Fórum de Entidades Não Governamentais de Educação Especial Hamilton Garay da Silva, que relata a apreensão sofrida pelas entidades no início de cada ano letivo, diante das dúvidas que incidem sobre os procedimentos administrativos e financeiros na parceria entre o Governo do Estado e as instituições filantrópicas conveniadas. Quero esclarecer que sempre houve uma parceria entre o Governo do Estado e as entidades filantrópicas que atendem pessoas com deficiência na área da educação. Durante muitos anos, o Governo cedeu profissionais, principalmente professores, para essas entidades. A partir do ano passado, no entanto, o Governo deixou de convocar professores e passou a repassar recursos financeiros para que as entidades contratassem diretamente esses profissionais.



Portanto, no início de cada ano letivo, há uma insegurança muito grande por parte das entidades quanto à renovação dos contratos. Além disso, há a negociação salarial e uma série de procedimentos administrativos e burocráticos, que, frequentemente, resultam no atraso do repasse financeiro, gerando diversos problemas para as instituições. O que nós queremos, endossando a reivindicação do Fórum das Entidades, é que o Governo do Estado regulamente, de uma vez por todas, essa parceria com as entidades por meio de um projeto de lei a ser encaminhado para esta Casa. Dessa forma, poderemos estabelecer regras claras e definidas, permitindo que as entidades possam se programar anualmente no início do ano letivo, eliminando a insegurança que hoje reina sobre a educação especial. Essas entidades prestam um serviço inestimável à sociedade, atendendo crianças e adolescentes com deficiências, incluindo deficiências múltiplas, de forma especializada e com muita qualidade. Portanto, não podemos prescindir dessa parceria entre as entidades e o Governo do Estado, que já é parceiro, mas deve garantir a segurança jurídica necessária para o funcionamento contínuo dessas instituições. Essa é a reivindicação que fazemos aqui, por meio desta indicação. Muito obrigado, senhor presidente. Era o que eu tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Hoje, na pauta, teremos a primeira votação do projeto do Imasul, sobre a organização. Passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, apresento duas indicações. A primeira, aos senhores deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado, solicitando gestão e destinação de recursos da União para a reforma e ampliação do prédio onde está instalado o Centro Educacional Infantil (Cein Ney Martins), localizado no município de Coxim. A segunda indicação, senhor presidente, é direcionada à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando, em caráter emergencial, um recurso do Fundersul para a construção de uma ponte de madeira sobre o córrego Cabeceira da Onça, destruída pelas últimas chuvas. A localização da ponte está na estrada municipal, partindo do KM 190, da rodovia BR-267, atravessando o rio Anhanduí, seguindo após a bifurcação no sentido à direita, no município de Campo Grande. Senhor presidente, o senhor sabe que houve aqui uma chuva forte, de mais de cento e cinquenta milímetros, que levou a ponte. Não se trata de reconstrução, mas sim de construção de uma nova. Então, eu gostaria de dizer à prefeita que, como Campo Grande recebe a maior parcela do Fundersul, essa obra precisa ser tratada com prioridade, pois a população está isolada, sem conseguir escoar sua produção. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o ilustre deputado João Henrique. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel,



governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a realização do asfaltamento entre a BR-262 e a ponte sobre o rio Aquidauana, na entrada de Piraputanga, em Aquidauana. Essa solicitação foi encaminhada diretamente ao meu gabinete parlamentar pelo senhor Wagner Romero. O pedido se faz necessário devido ao recente desenvolvimento da região, que inclui a implantação de um novo loteamento, o qual abrigará aproximadamente cento e setenta famílias, com previsão de aumento significativo no tráfego de veículos. Atualmente, a estrada se encontra em condições precárias, dificultando a mobilidade e colocando em risco a segurança de moradores e motoristas que trafegam pela localidade. Considerando o aumento populacional e a urgente necessidade de infraestrutura adequada para garantir o bem-estar e a segurança da comunidade, solicitamos a realização de obras de asfaltamento neste trecho. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia à secretária municipal de Assistência Social, senhora Camila Nascimento de Oliveira, solicitando a realização de atendimentos e acolhimentos aos moradores em situação de rua que estão abrigados no pontilhão da avenida Ernesto Geisel com a avenida Manoel da Costa Lima, no bairro Guanandi, nesta capital. Essa proposta foi encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Rafael Oliveira. Atualmente, há uma grande concentração de moradores em situação de rua nesse local, pessoas que enfrentam extrema vulnerabilidade social, muitas delas lidando com a dependência química. A situação se agrava devido ao grande acúmulo de lixo que se espalha pela margem do córrego nas proximidades, em decorrência da permanência dessas pessoas no local. Essa realidade cria um ambiente insalubre, propício para problemas de saúde pública, além da proliferação do mosquito da dengue. É fundamental que sejam oferecidos atendimento e acolhimento a esses moradores, com a finalidade de proporcionar alternativas de abrigo digno e acesso a tratamento de saúde, sobretudo para aqueles que enfrentam a dependência química. Era o que eu tinha a dizer, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Muito bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa. Bom dia, nobres pares, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e também àqueles que nos assistem pela TV Assembleia. Senhor presidente, quero fazer duas indicações. Na primeira, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao senhor diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Mauro Azambuja Rondon, solicitando que sejam realizados estudos técnicos para a construção de um acostamento com ciclovia na rodovia MS-450, no trecho compreendido entre a Vila Quarenta e o campus

da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no município de Aquidauana. Essa proposição se fundamenta nas constantes reivindicações dos moradores e ciclistas que utilizam regularmente o referido trecho rodoviário, o qual carece de infraestrutura adequada e segura para locomoção. A devida justificativa segue anexo, senhor presidente. Na segunda indicação, requeiro, na mesma linha, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, a fim de que sejam realizados estudos técnicos para viabilizar a execução de recapeamento na rodovia MS-295, conhecida como Guaíra-Porã, no trecho compreendido entre os municípios de Eldorado e Amambai. Essa proposição encontra respaldo nas reiteradas queixas de moradores e usuários da rodovia, os quais enfrentam graves transtornos devido ao péssimo estado de conservação da via, cujas condições de tráfego comprometem a segurança e a mobilidade. A devida justificativa também segue anexa, senhor presidente. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores assistentes, imprensa que nos acompanha pela TV Alems e Rádio Alems, e todos os presentes. Quero cumprimentar a senhora Elaine, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Sinmasul), e toda a diretoria do sindicato, que veio acompanhar esta importante votação desse projeto — que tramitou rapidamente e está pautado para hoje — que trata da remuneração dos servidores desse órgão tão relevante, o Imasul. Daqui a pouco, votaremos o projeto de vocês. Senhor presidente, trago uma indicação para que, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando providências no sentido de viabilizar o recapeamento da avenida Mascarenhas de Moraes. Trata-se de uma das principais vias da cidade, cuja obra foi anunciada em 2023, porém não executada, resultando na deterioração do asfalto e comprometendo a segurança e a mobilidade da população. Esse pedido é direcionado à prefeita em atendimento à solicitação dos comerciantes da região da avenida Mascarenhas de Moraes. Já conversei com o deputado Lidio Lopes, e parece que este projeto está em andamento. É fundamental que seja executado o mais rápido possível para melhorar as condições do tráfego de veículos e do fluxo de pedestres na avenida Mascarenhas de Moraes. Pela ordem, senhor presidente. Só para registrar que já tivemos aqui várias manifestações em relação à questão da CCR MSVia e da BR-163, com todo esse imbróglio envolvendo a duplicação e a melhoria da via; e ontem, mais um acidente ocorreu na região de Mundo Novo. O pessoal de lá enviou fotos do acidente, que envolveu, inclusive, a própria concessionária, pois, durante a remoção de um veículo na pista, não foi feita a sinalização adequada. Como resultado, uma ambulância do município de Mundo Novo, que estava em deslocamento, acabou colidindo com a equipe da CCR MSVia. Além do problema da duplicação, que segue sem solução, há também falhas na forma de atendimento na via, que não está funcionando adequadamente. Vale lembrar que o pedágio continua sendo cobrado com valores altos, enquanto a CCR MSVia deixa a desejar no atendimento à população. Portanto, faço aqui mais um registro em nome da população de



Mundo Novo e de todos os municípios na extensão da BR-163, que reclamam dessa solução que nunca acontece, que são as melhorias que estavam no contrato inicial de duplicação, de terceira faixa, para dar condições melhores de tráfego. É isso, só para registrar minha indignação e me solidarizar com a população de Mundo Novo, naquela região onde aconteceu mais esse acidente. Um abraço, senhor presidente. Só isso.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Gostaria de citar a presença do Sindicato dos Servidores do Imasul. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa! A batalha é grande e de longa data. Eu e o deputado Renato Câmara, em nome do presidente Gerson Claro e de todos os deputados e deputadas, recebemos vocês, que prestam um excelente serviço para o nosso estado. Se Deus quiser, depois dessa grande batalha, aí com o André Araújo, que hoje está à paisana — falei para ele vir assim mesmo, não tem problema —, será um dia de vitória para nós, para a Assembleia Legislativa. Quero me congratular com a Ellayne Fátima Loureiro Freitas, presidente do Sindicato dos Servidores do Imasul. Seja bem-vinda! Carmen Ferreira Barbosa, presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Estado; Enilda Maria Lemos, conselheira do Conselho Regional de Serviço Social; Andreia dos Santos Lopes, vereadora do município de Juti; e Cristiano João Marques, o “Boquinha”, presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa! Na sequência, a ilustre deputada Gleice Jane, no Pequeno Expediente. Eu queria também fazer um desagravo, enquanto a deputada Gleice Jane não chega ao microfone. Quero me somar a esse repúdio, que vai além de uma moção de pesar — é uma moção de repúdio — contra um homem denunciado por seis mulheres diferentes, todas com medida protetiva. E aí, com uma faca, ele tira a vida da jornalista Vanessa Ricarte, de apenas quarenta e dois anos, numa covardia brutal. Quero deixar registrado que precisamos ser mais firmes, deputado Coronel David. Um sujeito com medida protetiva deve ser preso na próxima agressão! Tem que prender esse bicho! Porque, na sexta vítima, ele matou uma jornalista com uma covardia impressionante.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vou reforçar a vossa manifestação. Senhor presidente, tive o cuidado de verificar os antecedentes desse assassino. Há muito tempo ele comete crimes de violência contra mulheres. E acho, senhor presidente, que discurso não vai resolver o problema. Esta Casa precisa cobrar, de forma efetiva, ações e medidas dos órgãos responsáveis por esse tipo de assunto. Precisamos verificar o que foi feito na Casa da Mulher Brasileira; o que foi feito pela delegada responsável pela violência doméstica; e o que foi feito pelo Ministério Público, que também cuida desse tema. Devemos cobrar, senhor presidente! O que não pode acontecer é esta Casa lamentar, dia após dia, mais uma morte. Quem será a próxima vítima? É só isso, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu me somo a Vossa Excelência. Deputada Gleice Jane, me perdoe. A senhora pode falar, está usando o Pequeno Expediente e tem tempo. Agora, eu vou cobrar: precisamos ser precisos. Inclusive, vou sugerir que — já que estamos com o processo do Imasul para votar — eliminemos o Grande Expediente e passemos direto à Ordem do Dia. Concedo a palavra Vossa Excelência.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, diante dessa sua proposta, eu gostaria de pedir um pouco mais de tempo, pois quero falar exatamente sobre esse assunto. Eu me inscrevi, porque estamos apresentando hoje um requerimento de informação — não apenas um requerimento de informação — à Secretaria de Segurança Pública, mas também um pedido que nos leva a refletir sobre a política de segurança que temos no estado de Mato Grosso do Sul. Tivemos aqui um caso bárbaro, que chocou a todos, especialmente toda a rede de imprensa, pois trata-se de um jornalista. Acompanhei esse caso, deputado Coronel David, e estou aqui também com os antecedentes desse criminoso, e me assusta ver que temos um indivíduo com essa quantidade de denúncias. Uma mulher faz uma denúncia, pede medida protetiva de manhã e, à tarde, é assassinada. O assassino sequer foi informado de que havia uma medida protetiva contra ele. Temos um problema! Precisamos debater isso. E acho que não vamos mais discutir o Plano Estadual de Segurança Pública, porque, nesta Casa, autorizamos a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública a tomar decisões sozinha. Na época, a justificativa era de que a segurança pública ia muito bem, obrigada. Mas vai bem para quem? Temos aqui alguns depoimentos publicados pelo jornal A Hora, na enquete conduzida pelo jornalista Artur Mário. Várias mulheres participaram e relataram como se sentem em relação ao Estado e à proteção que recebem. Vou ler apenas alguns desses depoimentos: "— Bom dia. Na minha opinião, como mulher, acho que a Delegacia da Mulher não funciona. Essa medida protetiva não dá garantia nenhuma, nenhuma! Costumo dizer que não se deve confiar nela, porque a maioria dos assassinatos acontece com medida protetiva. Eu, como mulher, não confio na Delegacia da Mulher!" Isso é muito sério! É muito grave o que estamos vendo aqui, nos relatos das mulheres. Outro depoimento: "— Bom dia, Artur Mário. Essa medida protetiva é uma grande piada! Isso não funciona, nunca funcionou. As autoridades precisam levar isso mais a sério e agir imediatamente contra esses covardes. Houve a denúncia. Ninguém denuncia por brincadeira! Então, denunciou, investiga, pega as provas e já 'arrepia' com esses covardes!" Há várias outras denúncias. Não vou ler todas aqui, mas muitas mulheres dizem que não se sentem protegidas pelo Estado. O Estado não está protegendo as mulheres. Então, quando se afirma que a segurança pública de Mato Grosso do Sul vai bem, eu pergunto: vai bem para quem? Pelo que dizem as mulheres, vai muito bem para os homens que as violentam e as matam. É isso que elas estão dizendo na mídia! É assim que elas se sentem. Diante disso, estamos apresentando um requerimento de informações e queremos saber o seguinte: qual a estratégia atualmente adotada pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para o enfrentamento das diversas formas de violência contra a mulher, incluindo políticas específicas para a prevenção e o combate ao feminicídio? Qual o dimensionamento de servidores lotados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, tanto em Campo Grande quanto nas demais unidades do Estado? O quadro de

servidores é compatível com o número de ocorrências registradas anualmente? Qual o volume de ocorrências registradas nos últimos cinco anos? Favor discriminar por ano. Qual o número de medidas protetivas atualmente vigentes no Estado de Mato Grosso do Sul? Quantos servidores estão dedicados à fiscalização e ao pronto atendimento das vítimas que possuem medidas protetivas? Quantas ações penais estão em trâmite relacionadas a crimes de violência doméstica e feminicídio? Quantas dessas ações estão vinculadas às promotorias especializadas no enfrentamento à violência contra a mulher? Quantas varas criminais especializadas em violência doméstica e familiar existem no estado? O número de varas especializadas tem sido suficiente para atender à demanda processual? Existem estudos para a ampliação dessas varas no estado? O Plano Estadual de Segurança Pública para o enfrentamento da violência contra a mulher está sendo reavaliado? Se sim, quais são as ações propostas nessa reavaliação e os prazos previstos para sua implementação? Queremos essas informações para que possamos iniciar um debate sério sobre a violência e os feminicídios no estado. Não podemos aceitar que as mulheres continuem morrendo. Eu costumo perguntar: o que faz a nossa sociedade acreditar que os homens podem violentar uma mulher? Por que os homens se sentem nesse direito? Precisamos discutir isso! Precisamos debater esse tema com seriedade, porque estamos morrendo — e quem está matando são os homens. Não quero transformar este debate em uma disputa entre homens e mulheres, mas é essencial que questionemos que tipo de educação permite essa desigualdade na sociedade e a cultura da violência que nós temos no estado, que permite essas violências. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado pela compreensão, deputada Gleice Jane. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, quero aqui apresentar meu expediente. Antes, porém, quero saudar toda a comissão do Imasul, também o André Borges, nosso presidente. O Imasul tem feito um grande e importante trabalho para o Estado de Mato Grosso do Sul, fundamentando nosso desenvolvimento na sustentabilidade. Esse reconhecimento é fruto de todo esse trabalho e dessa valorização, que se reflete na remuneração. Senhor presidente, quero também apresentar um projeto de lei que declara de utilidade pública a ONG Arte Viva, na Serra da Bodoquena, localizada no município de Jardim. Essa instituição tem promovido a capacitação cultural, além de formar profissionais para a arte, promovendo eventos e, através da música, levando cidadania para a população de toda essa região. Ainda, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando a realização de melhorias na rede elétrica da região próxima ao KM 572 da BR-163, com a transformação da rede atual para uma rede trifásica, a fim de atender os suinocultores da região norte do estado de Mato Grosso do Sul. Esse é um pleito da Suinorte, que possui mais de treze barracões de produtores que buscam ampliar sua produção. Contudo, com a fragilidade do fornecimento de energia, não conseguem realizar essas ampliações. Essa melhoria é fundamental para o desenvolvimento dessa região e também da atividade de suinocultura em nosso estado.

Também, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel; ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a realização da pavimentação em toda a extensão da MS-213, popularmente conhecida como "Sete Placas", no município de Sonora. Esse encaminhamento importante foi apresentado a nós pelo vereador Emerson Grison, a pedido da população dessa região, que necessita desse investimento para o desenvolvimento da "Sete Placas", área de grande relevância. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado, deputado Renato Câmara. Na sequência, com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, em que pese Vossa Excelência já ter anunciado a presença de lideranças importantes em nosso Plenário, eu queria registrar, em nome da bancada do PT, a presença da nossa querida vereadora da vetusta Juti, nossa companheira vereadora Andreia Tobias.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Muito bem.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu me refiro a ela e registro sua presença porque, com certeza, dessa nova safra de vereadores e vereadoras eleitas pelo nosso partido, ela se constituirá em uma das mais importantes figuras, pela capacidade, pela combatividade e pela disposição de prestar serviço. Tenho certeza de que nossos companheiros da agricultura familiar, indígenas e a população mais carente estão muito bem representados, como evidentemente está o nosso partido com a eleição da nossa querida vereadora Andreia Tobias e, portanto, registro com muito carinho a presença dela. Em segundo lugar, senhor presidente, estive aqui ontem anunciando, muito feliz, a decisão do presidente Lula, que, antes de ontem, assinou a Lei do Desenrola Rural, permitindo aos pequenos agricultores da agricultura familiar, assentados, quilombolas e indígenas a oportunidade de renegociar suas dívidas, com até 90% de desconto naquilo que devem, inclusive dívidas com água, luz, energia, seja lá com quem for. Portanto, tomei a iniciativa de fazer esse panfleto. Trinta mil exemplares estão sendo distribuídos, com a mensagem: "Governo Lula lança Desenrola Rural para a agricultura familiar". E aí, explico os objetivos do Desenrola Rural, como vai funcionar e quem poderá acessar. Mas o mais importante é que, embaixo, faço uma observação: se encontrarem instituições financeiras desrespeitando os termos do Desenrola Rural, denunciem ao gabinete do deputado Zeca do PT, para que, se necessário, sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis. Ou seja, senhor presidente, senhores deputados e deputadas, nós não vamos permitir que as agências do sistema financeiro, em particular as do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e as cooperativas que trabalham com o financiamento da agricultura familiar, se atrevam a não atender os pequenos agricultores que eventualmente procurarem essas unidades para renegociar, conforme manda a lei, suas dívidas pendentes e tomar novos

empréstimos a partir dos recursos disponibilizados pelo governo Lula, no Pronaf, que é o Programa de Financiamento da Agricultura Familiar. Posto isso, senhor presidente, indico, em nome deste Poder, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia ao ministro da Secretaria Geral da Presidência, Márcio Macedo, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, bem como à ministra de Gestão e Serviços Públicos, Esther Dweck, solicitando a retomada das negociações salariais com os representantes do segmento de auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, que no momento se encontram em greve, buscando o reajuste no vencimento básico da categoria para a correção das perdas inflacionárias dos últimos dez anos. A presente indicação também será encaminhada ao deputado Wander Loubet e à deputada Camila Jara, ambos da Bancada Federal do Partido dos Trabalhadores. Indicação deste Poder ao superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Paulo Roberto da Silva, solicitando que seja iniciado, com urgência, o processo de titulação de lotes no assentamento Taquaral, no município de Corumbá, visando garantir a propriedade definitiva dos imóveis aos beneficiários da reforma agrária do assentamento em questão. Indicação deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia à ministra da Saúde, senhora Nísia Trindade de Lima, bem como ao secretário especial de Saúde Indígena, Ricardo Weibe Nascimento Costa, solicitando — já foi solicitado — o desmembramento do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (Dsei/MS), com a criação de duas novas unidades: uma no município de Aquidauana, para atendimento às comunidades Terena e Kadiwéu na região do Pantanal, e outra no município de Amambai, para atendimento à população guarani-kaiowá na região sul do estado. Portanto, senhor presidente, são essas as indicações que faço. Agradeço a oportunidade de fazer os registros, e concluo dizendo que nós não vamos admitir que os bancos desrespeitem a lei do Lula e distratem e desrespeitem os agricultores da agricultura familiar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zeca do PT, para deixar registrado: Vossa Excelência falou ontem da primeira indústria de celulose que veio para Mato Grosso do Sul. Eu estava junto com Vossa Excelência nos Estados Unidos; a senadora Simone Tebet também estava presente, na cidade de Eastover, na Carolina do Norte.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Como líder do Bloco 2, digo que hoje temos uma reunião com o presidente nacional do PSDB; então eu gostaria de pedir a Vossa Excelência para eliminar o Grande Expediente de hoje, caso haja concordância dos demais pares, para que possamos evitar o atraso. Este é o pedido que faço, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, nobre líder. Vou colocar para o Plenário decidir, para não ficar uma decisão minha, mas digo também que a deputada Mara Caseiro é a próxima inscrita. Posso fazer a consulta primeiro, deputada Mara Caseiro? Consulto o Plenário: os deputados e deputadas que estiverem de acordo para que seja eliminado o Grande Expediente da Sessão de hoje, em função da solicitação do líder



do Bloco 2, deputado Jamilson Name, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então, está eliminado o Grande Expediente. Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, à deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia aos nobres deputados e deputadas. Senhor presidente, já foi discorrido aqui sobre essa tragédia que, mais uma vez, temos que assistir, onde foi ceifada a vida de uma jornalista, uma grande mulher, uma mulher com muitos sonhos. Inclusive, eu conversava com a Tavane, que é minha assessora de comunicação, e ela me dizia que o grande sonho da Vanessa era poder se casar e ter filhos. Eu falo e me arrepio, porque, infelizmente, na sua inocência, ela acabou perdendo a vida por esse amor que acreditava ser o futuro de uma família digna. Isso é muito triste. E aí eu fico pensando também, senhor presidente, porque quando ela foi fazer o boletim de ocorrência e já havia uma medida protetiva, acho que, nesse ínterim, diante da gravidade da situação e da quantidade de registros na ficha corrida do autor, a primeira coisa que deveria ter acontecido era ela sair da delegacia já com proteção. Pelo menos, deveriam ter orientado: "Olha, fique distante, não volte para sua casa agora." Foi muita inocência dela voltar para buscar as roupas, porque ela nunca imaginou que isso pudesse ocorrer com uma pessoa que ela amava e que também se sentia amada. Mas eu acredito que a gente tenha que ter algum instrumento, deputado, para que a mulher que for fazer o boletim de ocorrência e que tiver uma medida protetiva — em um caso extremo como esse, de uma pessoa extremamente violenta, com uma ficha corrida extensa — receba uma melhor orientação, cautela e proteção. Então, fica aqui o meu ponto. Acho que precisamos pensar em algo nesse sentido, junto com o secretário, com as nossas delegadas, inclusive com a Viviane, que é a nossa secretária de Cidadania, que engloba a Subsecretaria da Mulher. Acho que precisamos discutir melhor isso. Então, senhor presidente, eu tenho uma moção de pesar pela morte dessa mulher competente, Vanessa Ricarte, que tinha quarenta e dois anos de idade, era jornalista e servidora pública do Ministério Público do Trabalho, era cheia de sonhos e rodeada de amigos, e que, em decorrência dos desígnios que só entenderemos quando chegarmos aos céus, foi convidada a morar junto com Deus, nosso Pai. Esta dor, que sente a família enlutada e que nos embarga a voz, é experimentada hoje por toda a sociedade, por todas as mulheres, por todos aqueles que amam e continuarão amando a doce e querida Vanessa. Anseio que a palavra de Deus possa trazer conforto aos corações, seja experimentada pela família, pelos amigos, neste momento de dor. Senhor presidente, o deputado Coronel David já se manifestou que quer assinar junto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — E eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que, por ordem do presidente — deputado Coronel David, deputada Mara Caseiro, senhores e senhoras deputados — se Vossa Excelência permitir, hoje já incluímos essa moção para ser votada pela Casa. Então, se a senhora me permitir...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Com certeza.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Então, está feito.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Acho que é o mínimo do mínimo que a gente pode fazer neste momento.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — E tomar providência, conforme Vossa Excelência e o deputado Coronel David falaram.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Exatamente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Há necessidade de ser mais duro com um tipo de crime desses, porque, efetivamente, era a sétima na fila. O cara fez isso com seis mulheres anteriores. Então, esse cara é um assassino e tem que ter um tratamento diferenciado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — E tem muitas ocorrências, senhor presidente — o deputado Coronel David estava me mostrando — não só de violência doméstica, mas de outros tipos de crimes cometidos por essa pessoa. Então, alguém chega lá e faz um B.O; o mínimo que deveria ter sido feito era falar para essa vítima: "Olha, é perigoso. Hoje você fica bem longe, distante." Algo nesse sentido. Então, é algo que a gente tem que discutir melhor. Houve falhas, não tenha dúvidas. Eu tenho aqui duas indicações para fazer ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja, solicitando a viabilização de recursos para implantação de um aeroporto municipal em Deodópolis. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo prefeito Jean da Saúde e pelo vice-prefeito Marcinho do Frigomar, do município de Deodópolis, que sentem a necessidade de um aeródromo, um aeroporto municipal naquele município. Tenho outra indicação, também para nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara de Carvalho, solicitando a reforma e ampliação da estrutura física da Escola Estadual 13 de Maio, localizada no município de Eldorado. A presente indicação atende a um pedido formulado pela diretora da escola, senhora Priscila Miglioli, e também dos vereadores aqui citados, do município de Eldorado. É o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado, deputada Mara Caseiro. Não havendo nenhum outro deputado inscrito, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 00191/2025, 00190/2025, 00189/2025, 00192/2025). De autoria do deputado Coronel David: três moções de congratulação (Prot. nºs 00178/2025, 00180/2025, 00179/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00204/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 00169/2025, 00168/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 00185/2025, 00184/2025, 00183/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: três indicações (Prot. nºs 0203/2025, 00202/2025, 00199/2025); dois projetos de lei (Prot. nºs 00177/2025, 00176/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 00198/2025, 00197/2025, 00171/2025, 00170/2025); um requerimento (Prot. nº



00172/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00196/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 00188/2025, 00187/2025, 00186/2025, 00182/2025, 00181/2025); De autoria do deputado do Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 00205/2025, 00201/2025, 00200/2025); duas moções de aplauso (Prot. nºs 00174/2025, 00173/2025). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. O Plenário me autorizou a suprimir o Grande Expediente desta Sessão. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 00287/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação do Anexo V, da Lei nº 4.488, de 3 de abril de 2014, nos termos que menciona, para conceder reajuste setorial e alterar as tabelas de subsídios de servidores da carreira Fiscalização e Gestão Ambiental". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero apenas fazer a minha declaração de voto e dizer que sou favorável ao aumento para servidor público, ao reajuste e à instauração de um plano valoroso de carreira. No entanto, vou votar contra este projeto, porque não concordo com a maneira como são feitos os reajustes em Mato Grosso do Sul. E cito um exemplo: o último reajuste geral concedeu um percentual de 3,73%. Então, a gente vê algumas categorias, por exemplo, vamos falar aqui em 20%, 22% de aumento para esses valorosos servidores. Mas o que justificaria alguns servidores de outras categorias, em outros projetos legislativos, terem 200%, 140% de aumento? Acho que esses projetos de aumento, e aqui para justificar, deveriam ser votados em bloco ou com percentual adequado para todos. A meu ver, não faz sentido 20% para um, 140% para outro e, no regime geral, 3%. Então, quero dizer que concordo com a valorização dos servidores públicos, mas defendo que seja feita de maneira isonômica e adequada para todos os servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Então, apenas, senhor presidente, faço a minha declaração de voto e justifico o voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado João Henrique, para fazer a comparação...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Só um minutinho. Eu quero responder ao deputado João Henrique. Deputado, eu milito na área ambiental, e Vossa Excelência sabe, fui presidente da Comissão de Meio Ambiente seis vezes. É uma batalha e uma luta muito grande! O Deputado Renato Câmara sabe disso, a briga que tivemos no ano passado para podermos incluir na votação. Está recompondo minimamente as perdas

anteriores e dando dignidade a esses servidores que aqui estão, deputado. Não tem como fazer para todo mundo da mesma forma, até porque as outras categorias avançaram, e o Imasul sempre foi ficando para trás. Então, o senhor pode questionar a forma, mas isso efetivamente está dando dignidade ao servidor que sempre batalhou pelo nosso meio ambiente, fazendo a defesa do nosso meio ambiente e do nosso Pantanal. Com a palavra, pela ordem, para responder ao deputado João Henrique. Mas eu não queria discutir o projeto aqui, não! É só para declaração de voto. Som para o deputado João Henrique. Não tem som para o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, entendo que o ponto de debate e discussão já se encerrou, porém, Vossa Excelência me cita, então que dizer a Vossa Excelência que o que eu não concordo é que que existam servidores comissionados no estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Governadoria — e eu já citei e já fiz esse debate aqui — recebendo vinte ou trinta mil reais. Eu olho a tabela desses servidores e vejo que estão recebendo vinte mil. Eu gostaria que recebessem igual a todos. A minha crítica — e que fique claro para os servidores — é que eu gostaria que eles recebessem 200% de aumento. O que eu critico é a maneira que o estado setoriza, segmenta, e todas as categorias perdem ao não saber quanto aumentou para todo mundo. Eu acho que tem que ser uma coisa mais clara: ou votada em bloco, ou discutida. É muito ruim vir uma categoria aqui e receber 20%, enquanto outra vem e recebe 140%. Entendo a pauta deles e sou favorável. Eu gostaria que vocês entendessem que este parlamentar aqui valoriza o servidor público e gostaria que vocês recebessem o justo. Obrigado, presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Mas eu não entendi! Eu quero clarear para poder dizer a Vossa Excelência o seguinte: primeiro, nós estamos fazendo uma reposição que é justa, e estamos votando isso. O outro assunto, sobre cargo comissionado, é outra conversa. Aqui, são servidores públicos efetivos. Então, eu queria saber se Vossa Excelência é a favor ou contra nesta votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O meu voto é contra a forma.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeito, entendido. Na sequência, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero aqui declarar meu voto. Quero parabenizar a luta das servidoras e, em especial, as servidoras que estão aqui presentes hoje na Assembleia Legislativa. Entendo que o Imasul é um órgão importantíssimo no estado, é um órgão de proteção ao meio ambiente, de fiscalização; é um órgão que precisa realmente do nosso reconhecimento, e que teve o último reajuste, a última política de valorização, em 2014. Então, acho que é uma política muito bem-vinda nesse momento. Acho também que precisam ser muito mais valorizados; ainda estamos aquém daquilo que essa categoria merece. Quero aqui dizer também que teve um concurso público no último período, que os aprovados estão sendo chamados, mas que a gente precisa realmente garantir que todas as pessoas que passaram sejam chamadas e que

ocupem todos os cargos. Assim, vamos fortalecer essa entidade e também todo o serviço, valorizando cada servidor e cada servidora, porque servidor e servidora públicos neste estado servem para atender a população e precisam ser valorizados. Porque, se nós queremos uma população bem atendida, é importante valorizar o servidor e a servidora. E, neste caso específico, nós queremos proteção ao meio ambiente, e são esses servidores que nós temos que valorizar. Muito obrigado, presidente. Parabéns à luta de todo servidor e servidora por essa conquista.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado! Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Quero declarar meu voto, começando pelo reconhecimento ao Imasul, pois é uma categoria que estava ficando para trás. Todo o desenvolvimento do nosso estado passa pelo Imasul, nas implantações de empresas, grandes investimentos, sustentabilidade e na preservação do nosso meio ambiente. Enfim, o servidor precisa ser valorizado. Estávamos perdendo muitos profissionais para a iniciativa privada e o interesse de muitos de ingressar na instituição estava diminuindo. Isso ainda não é o ideal ou a que poderia atender plenamente essa categoria, mas com certeza é um reconhecimento e uma valorização, sim. Agora, com relação ao que o deputado João Henrique colocou, cada categoria tem sua peculiaridade, sua extensão de comprometimento do orçamento e suas funções. Dentro dessas funções, o Governo do Estado tem discutido exaustivamente com cada categoria para ser justo. Eu acho, e vejo, que este projeto é justo, e por isso, voto sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declaração de voto, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu quero declarar meu voto favorável, presidente, e também, seguindo a mesma linha do deputado Renato Câmara, divergir do posicionamento do deputado João Henrique. E mais: quero parabenizar a Secretaria de Estado de Administração, na pessoa do secretário Frederico Felini, e o Governo do Estado pela forma como vem conduzindo o diálogo aberto e permanente com todas as categorias. Isso é importante. O Estado, em nenhum momento, fechou a negociação. São quarenta e sete categorias — o deputado Renato Câmara falou muito bem —, cada uma com a sua peculiaridade. O Governo do Estado vem recebendo as categorias, muitas vezes com a intervenção desta Casa, em algumas comissões que foram formadas para poder discutir, tratando caso a caso. Hoje, a pauta é os funcionários do Imasul, uma justa pauta, um reajuste merecido, pois eles efetivamente fazem um trabalho importantíssimo para Mato Grosso do Sul, algo muito bem citado por Vossa Excelência. Quero declarar meu voto



favorável e parabenizar o Governo do Estado e a categoria que conseguiu atingir o seu pleito. Parabéns.

Projeto de Lei nº 00287/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao deputado Renato Câmara, que ocupa momentaneamente, por autorização do deputado Pedro Kemp, a segunda-secretaria.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Senhor presidente, são vinte e dois deputados presentes, dezenove votos favoráveis e um contrário. Nenhuma abstenção.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Parabéns aos nossos servidores do Imasul. Item 2. Em discussão única. Cinco requerimentos, dezenove indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 3. Moções de pesar. Moção de pesar proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento da senhora Cerise Delfina de Campos Barros. Moção de pesar proposta pela Mesa Diretora e transformada pela Casa, em razão do falecimento da jornalista Vanessa Ricarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Convidamos os deputados da bancada do PSDB para a reunião com o nosso presidente Reinaldo Azambuja e também com o presidente nacional Marconi Perillo. Eu gostaria de agradecer a compreensão dos nobres pares. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Não havendo mais nada a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h46min).